



ACTUALIZACAO JUSTICIA

Period: Outubro/Novembro de 2005

Issue: 22/2005

Últimos desenvolvimentos nos tribunais

Os tribunais distritais foram recentemente objecto de várias mudanças e desenvolvimentos particularmente interessantes relacionados com o seu funcionamento. A um aumento de protagonistas judiciais internacionais correspondeu um aumento do número de julgamentos realizados, numa altura em que os protagonistas nacionais ainda se encontram em formação de modo a estarem qualificados no futuro. Esta Actualização de Justiça centrar-se-á em questões de administração geral do tribunal e em observações feitas pelo JSMP a esse respeito.

Estrutura do tribunal e protagonistas judiciais

A actual estrutura dos tribunais em Timor-Leste não se alterou, nomeadamente existem quatro Tribunais Distritais e um Tribunal de Recurso que é o tribunal em funções mais elevado e o tribunal de última instância¹.

O Tribunal de Recurso tem quatro juízes, nomeadamente o Juiz Presidente e três outros juízes, dos quais três são internacionais.² Foram nomeados cinco juízes internacionais para os Tribunais Distritais.³ No presente, o Tribunal Distrital de Díli e o Tribunal Distrital de Baucau têm ambos dois juízes internacionais. Ao quinto juiz é atribuída a responsabilidade conjunta pelos Tribunais Distritais de Suai e Oecusse.

Este ano também se verificou um aumento do número de protagonistas judiciais da unidade da Procuradoria-Geral para os crimes comuns e da unidade dos Defensores Públicos. Foram empregues na Procuradoria cinco promotores públicos internacionais juntamente com promotores públicos nacionais, estando sete defensores públicos internacionais presentemente em funções nos tribunais.

O JSMP acredita que a presença de protagonistas internacionais melhorará o funcionamento dos tribunais que, no passado, foi lento e difícil devido à falta de protagonistas judiciais. Em termos gerais, os tribunais têm funcionado melhor com o aumento de protagonistas judiciais embora, em muitas áreas, o sistema continue a necessitar de uma revisão geral.

Comparativamente com outros tribunais, houve um número maior de audiências no Tribunal Distrital de Díli. Esta situação deveu-se ao facto de também terem decorrido neste

¹ O Supremo Tribunal ainda não foi estabelecido e a sua jurisdição está a ser exercida pelo Tribunal de Recurso.

² Estes são: Juiz Ximenes (Juiz Presidente); Juiz Antunes; Juiz da Goia; Juiz da Costa.

³ Estes são: Juiz Tome; Juiz Nosolini; Juiz De Moraes; Juiz Silvestre; Juiz Emilia-Castro.

JSMP

tribunal audiências relativas a inúmeros processos de outras jurisdições⁴. Neste tribunal realizaram-se mais audiências do que nos outros tribunais devido ao facto de serem conduzidas quase todos os dias, normalmente da parte da tarde, depois do período de descanso do meio-dia⁵.

As audiências no Tribunal Distrital de Baucau têm lugar uma vez por semana, às Quartas-feiras, apesar de às vezes ocorrerem em dias alternativos. Embora os juízes residam em Díli, o JSMP verificou que ocasionalmente um juiz permanece em Baucau após um dia de audiências marcadas. O JSMP também observou que tem havido uma intensa revisão de matérias administrativas organizada por funcionários judiciais internacionais.

Os Tribunais Distritais de Oecusse e Suai são bastante mais distantes do que o tribunal de Baucau. Cada um destes tribunais tem a sua própria agenda de audiências. Normalmente as audiências ocorrem, numa base mensal, podendo continuar por uma semana ou mais. No entanto, em vários casos, as audiências foram adiadas devido a questões relacionadas com transportes e ao facto de os juízes estarem de licença. Na opinião do JSMP, devido ao facto de os dois tribunais estarem tão distantes é necessário um juiz adicional/substituto para ajudar na condução de audiências no caso de o juiz principal não o poder fazer.

No presente, todos os anteriores protagonistas judiciais nacionais (juízes, promotores públicos e defensores públicos) – que nos últimos anos estiverem em formação no Centro de Formação Judicial – continuam em formação. O JSMP foi informado de que os mesmos não estão autorizados a tratar de processos dos tribunais durante a formação. Por esse motivo, os promotores públicos e os defensores públicos não estão presentemente a trabalhar nos tribunais. Existem contudo algumas excepções. Por exemplo, existe actualmente um juiz nacional no Tribunal de Recurso que está activamente envolvido em audiências. Além disso, existem vários promotores públicos locais que não ficaram aprovados ou frequentaram a formação, mas que continuam a exercer a função de promotores públicos no tribunal. Todavia, se estes promotores públicos entrarem eventualmente no programa de formação formal no Centro de Formação Judicial, colocar-se-á o problema de não haver outros promotores públicos que os substituam nesta função vital.

A Procuradoria tem sido fortalecida pela presença de promotores públicos internacionais (predominantemente de países de expressão portuguesa). Os promotores públicos internacionais prestaram juramento perante o Procurador-geral o que significa que estão legitimamente a trabalhar nos tribunais.

O JSMP foi informado de que desde que os promotores públicos internacionais iniciaram as suas funções, foi atribuído aos juízes nacionais o status de assistentes dos promotores públicos internacionais, actuando nas audiências como seus correspondentes. Parece que

⁴À parte as audiências relativas a processos que ocorrem na jurisdição de Díli e dos distritos circundantes, as audiências relativas a processos da jurisdição de Suai e Oecusse foram também conduzidas no Tribunal Distrital de Díli.

⁵ O JSMP foi informado de que o número de audiências que tiveram lugar durante a manhã diminuiu uma vez que os juízes estavam a dar formação aos protagonistas judiciais formandos no Centro de Formação Judicial.

JSMP

Address: Rua Setubal, Kolmera, Dili, Timor-Leste, **Mailing address:** P.O. Box 275 Dili, East Timor
Phone: +670 332 3883, **E-mail:** info@jsmp.minihub.org, **Website:** <http://www.jsmp.minihub.org>

serão nomeados promotores públicos nacionais para cada Tribunal Distrital. Por exemplo, foi nomeado um promotor público nacional para o Tribunal Distrital de Baucau, estando a ser consideradas ao mesmo tempo nomeações para os Tribunais Distritais de Suai e Oecusse. Os promotores públicos nacionais acompanham os promotores públicos internacionais nas audiências. Um promotor público nacional informou o JSMP de que continuam a ter funções de instrução, a realizar propostas de acusações e a tratar de processos menores, mas os processos mais importantes são tratados pelos promotores públicos internacionais.

Na opinião do JSMP, a nomeação de promotores públicos para os Tribunais Distritais contribuirá para um funcionamento mais eficiente dos tribunais e a presença de juízes internacionais ajudará a compensar a presente falta de promotores públicos, possibilitando um maior número de processos tratados pelos tribunais.

Os anteriores defensores públicos nacionais continuam a ter formação, estando também eles proibidos de participar em audições, excepto um defensor público – que não ficou aprovado na formação – que está presentemente a tratar de processos. Desde que os protagonistas judiciais iniciaram a formação, inúmeros processos têm sido tratados por advogados privados, que estão a preencher uma função presentemente essencial para o sistema judicial de Timor-Leste. Na opinião do JSMP, o aumento de advogados internacionais pode ajudar a melhorar o processo de resolução de casos através dos tribunais e a sua experiência irá melhorar a qualidade da representação jurídica fornecida nos tribunais.

O JSMP observou que até agora a presença de protagonistas judiciais internacionais não teve uma influência significativa sobre o papel dos protagonistas locais (especialmente os advogados) relativamente à gestão dos processos nos tribunais, todavia, pode influenciar ao nível do tratamento dos processos, especialmente em termos de comunicação. Aparentemente, os protagonistas internacionais que vieram de países de expressão portuguesa, com sistemas legais idênticos, consideram mais fácil a comunicação durante as audiências e o bom entendimento do processo de julgamento tanto durante como fora das audiências. Por exemplo, os promotores públicos e os juízes internacionais consideram ser mais fácil comunicar entre si, enquanto que os protagonistas nacionais acham mais difícil comunicar de forma eficaz com os protagonistas internacionais, durante as audiências e fora do tribunal, devido à sua fluência limitada do português. Actualmente são disponibilizados intérpretes em todas as audiências o que ajuda a facilitar a comunicação durante as mesmas, mas continuam a existir dificuldades de comunicação fora do tribunal.

Formação de funcionários judiciais

No presente, o Centro de Formação Judicial também está a dar formação regular a funcionários judiciais nacionais nos tribunais distritais. O JSMP observou que esta formação é organizada por funcionários judiciais internacionais e um juiz do Tribunal de Recurso. Em Díli, participam na formação funcionários judiciais dos tribunais distritais de Díli, Suai e Oecusse. Em Baucau, a formação é dada a funcionários judiciais do tribunal local.

JSMP

Address: Rua Setubal, Kolmera, Dili, Timor-Leste, **Mailing address:** P.O. Box 275 Dili, East Timor
Phone: +670 332 3883, **E-mail:** info@jsmp.minihub.org, **Website:** <http://www.jsmp.minihub.org>

Na opinião do JSMP, esta formação é positiva e pode melhorar a qualidade do trabalho desempenhado pelos funcionários judiciais. É todavia importante que seja proporcionado aos funcionários judiciais e a outros protagonistas judiciais presentemente em formação no Centro de Formação judicial, tempo suficiente para se adaptarem ao novo sistema a ser implementado no futuro.

Dificuldades na apresentação das testemunhas e do acusado

O JSMP levou a cabo observações de rotina de audiências em todos os tribunais distritais, tendo observado que em vários casos as testemunhas e o acusado (em especial aqueles que se encontravam em liberdade condicional) não compareceram nas audiências, apesar de terem sido convocados pelo tribunal. Este problema ocorreu em todos os tribunais distritais, especialmente os localizados fora de Díli e foi reconhecido por pelo menos um juiz.

O JSMP observou que factores como a limitação de transporte e combustível (conforme vivenciado pela polícia) foram a principal causa para esta situação, mas outros factores, como o facto de as testemunhas /acusado residirem em áreas distantes e as más condições das estradas, dificultaram a acção da polícia de os levar até ao tribunal.

O JSMP está consciente de que a solução para este problema não é simples, uma vez que as testemunhas e os suspeitos são obrigados a apresentarem-se em tribunal e o tribunal tem a responsabilidade de comprovação de um caso através do processo de julgamento, contudo, a tarefa de apresentação de testemunhas e suspeitos é normalmente levada a cabo pelo tribunal com a assistência da polícia.

O JSMP acredita que a provisão de combustível e transporte adequados para a força policial facilitaria o processo de levar as testemunhas e os suspeitos até ao tribunal, mas há também a necessidade de viaturas e estradas em boas condições. Outra alternativa é o tribunal disponibilizar recursos de transporte.

Audiências de revisão de detenção

As audiências de revisão de detenção estiveram abertas ao público quando foram presididas pelos juízes nacionais anteriores. Desde que foram assumidas pelos juízes internacionais, alguns deles fecharam estas audiências de revisão ao público. Existem várias razões para tal, por exemplo, um juiz informou o JSMP de que esta situação estava de acordo com a lei.⁶ No entanto, o JSMP observou que outros juízes têm interpretações diferentes desta lei pela qual determinadas audiências são abertas ao público desde que o arguido não se oponha. Nos últimos tempos, outros juízes têm começado a autorizar o JSMP a testemunhar estas audiências desde que sejam cumpridas algumas condições⁷.

⁶ Um juiz internacional informou os membros do JSMP de que as audiências estão fechadas ao público de acordo com o artigo 20 do Regulamento N.º 30/2000 emendado pelo Regulamento N.º 25/2001. De acordo com o artigo 20.2 “[a] audiência de revisão deverá ser fechada ao público, a menos que seja solicitado em contrário pelo suspeito e ordenado pelo Juiz de Instrução.

Para uma análise mais aprofundada desta questão, consultar a *Actualização de Justiça do JSMP*, ‘Encerramento das Audiências de Revisão de Detenção’, 15/2005.

⁷ O juiz Elias Tome permitiu aos membros do JSMP testemunhar audiências de revisão desde que não fosse divulgada publicamente a informação nelas discutida. A Juíza Emilia do Tribunal Distrital de Baucau também permitiu aos membros do JSMP assistirem as audiências de revisão.

JSMP

Address: Rua Setubal, Kolmera, Dili, Timor-Leste, **Mailing address:** P.O. Box 275 Dili, East Timor
Phone: +670 332 3883, **E-mail:** info@jsmp.minihub.org, **Website:** <http://www.jsmp.minihub.org>

O JSMP entende as diferentes interpretações dos juízes, no entanto acredita que o Regulamento N.º 25/2001 não estipula que estas audiências devam ser automaticamente fechadas ao público. O suspeito deve ser inquirido sobre a sua preferência independentemente da decisão do juiz de conceder ou não este pedido. O JSMP acredita que o desejo do suspeito deve ser plenamente tido em conta pelos protagonistas judiciais antes de se decidir fechar a audiência ao público.

Horários de audiências e acesso aos documentos do tribunal

No presente, a informação relativa a audiências em processos agendados para julgamento é facultada em cada um dos tribunais. Está disponível em cada tribunal um horário regular de audiências. O JSMP acredita que foram feitos progressos benéficos, contudo, a quantidade de informação disponibilizada ao público é ainda limitada. Por exemplo, é difícil para os membros do público, não directamente envolvidos num processo, terem acesso às decisões do tribunal e a outros documentos do tribunal⁸. Até este momento ainda não foi implementado um mecanismo claro que permita ao público ter acesso aos documentos do tribunal. A publicação, no início deste ano, de dois volumes das decisões do Tribunal de Recurso é um passo positivo que deve ser encorajado. A publicação regular das decisões do tribunal, através dos relatórios oficiais do tribunal, é um primeiro passo importante para o desenvolvimento de uma política abrangente sobre o acesso público à informação judicial em geral.

⁸ A capacidade de acesso do JSMP às decisões do tribunal depende em grande medida de sermos ou não capazes de as obter a partir dos procuradores públicos ou dos advogados de defesa.

JSMP

Address: Rua Setubal, Kolmera, Dili, Timor-Leste, **Mailing address:** P.O. Box 275 Dili, East Timor
Phone: +670 332 3883, **E-mail:** info@jsmp.minihub.org, **Website:** <http://www.jsmp.minihub.org>